



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental-EIA/RIMA do empreendimento “Plano Diretor de Dutos de São Paulo”, de responsabilidade da Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás, realizada na cidade de Atibaia, em 13 de fevereiro de 2008.

Realizou-se, no dia 13 de fevereiro de 2008, às 17 horas, no Antigo Fórum de Atibaia, Avenida 9 de Julho, 185, Centro, Atibaia-SP, a audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente-EIA/RIMA do empreendimento “Plano Diretor de Dutos de São Paulo”, de responsabilidade da Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás (Proc. SMA 13.853/2006). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do Consema, Germano Seara Filho, declarou que, em nome do Secretário de Estado de Meio Ambiente e Presidente do Consema, Francisco Graziano Neto, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores José Francisco Alves Pinto, Secretário de Urbanismo e Meio Ambiente de Atibaia, David Boal, Ouvidor Geral do Município de Atibaia, Silvio Ramon Laguno, Secretário de Desenvolvimento Econômico de Atibaia, e Antonio de Pádua Oliveira Mello, Secretário de Meio Ambiente de Bragança Paulista, - do Poder Legislativo, dos órgãos públicos, das organizações da sociedade civil, das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente-EIA/RIMA do empreendimento “Plano Diretor de Dutos de São Paulo”, de responsabilidade da Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás (Proc. SMA 13.853/2006). Depois de explicar que a audiência pública constituía um dos momentos do processo de licenciamento ambiental cujo objetivo era ouvir a sociedade e recolher subsídios sobre o projeto específico que seria apresentado, contribuições essas que seriam juntadas ao processo para que os técnicos dos órgãos responsáveis pelo licenciamento as analisassem e verificassem a possibilidade de incorporá-las ao projeto, o Secretário-Executivo esclareceu que seu papel nas audiências públicas era completamente isento, e sua função era tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra e garantir que aqueles que têm alguma coisa a dizer sobre o empreendimento possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Em seguida, expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 34/01 para a condução das audiências públicas, e compôs a Mesa Diretora dos Trabalhos, chamando para dela fazer parte a representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais-CPRN, Elza Takahashi. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da empresa responsável pela elaboração do EIA/RIMA. Depois de Alfredo Alves da Fonseca, Gerente de Estudos e Acompanhamentos da Petrobrás apresentar um breve histórico da empresa e as principais características do projeto que se pretende implantar, Gustavo de La Reza, representante da empresa de consultoria Habitec, apresentou, com detalhes, os estudos ambientais, dando ênfase à análise dos principais aspectos do empreendimento, aos estudos realizados e às medidas que seriam implementadas para mitigar e/ou compensar os principais impactos que serão causados. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes das entidades da sociedade civil. Arnaldo José da Silva, Líder Comunitário do Bairro Boa Vista, indagou se a implementação do empreendimento no Município trará conseqüências positivas no que diz respeito à qualidade de vida da população, especialmente aos moradores que residem na zona rural. Mauro Vilela, Presidente do Clube de Vôo Livre de Atibaia, solicitou a colaboração da Petrobrás no sentido de desenvolver atividades esportivas de aventura, comentando que se trata de uma prática esportiva integrada ao meio ambiente e concluiu dizendo não era contrário à instalação desse empreendimento. Sérgio Luiz



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ferrara, representante da Associação dos Produtores Rurais da Serra da Bocaina em Bragança Paulista, depois de declarar que o primeiro duto instalado na região causara impactos significativos, o que contribuiu para o assoreamento da bacia hidrográfica local, e que esses danos ainda não haviam sido reparados, comentou que os produtores da região da Serra da Bocaina denunciaram a contaminação por óxido de chumbo das águas utilizadas para irrigação, contaminação esta proveniente de escavações realizadas pela Petrobrás, o que trouxe impactos negativos para a atividade econômica local, indagou se as obras em andamento na região estavam ou não causando desequilíbrio na fauna e solicitou a apresentação de estudos a esse respeito, uma vez que era muito ruim a imagem dessa empresa junto à comunidade da Serra da Bocaina. Passou-se à etapa em que se manifestaram as pessoas em seu próprio nome. Depois de Emília de Deus Cintra questionar o processo de desapropriação decorrente da implementação desse empreendimento, Edilaine de Paula Oliveira indagou se seria construída passagem de uma nova faixa do duto no Bairro da Cachoeirinha e se seriam feitas novas desapropriações. Kátia Braga Montemor declarou sua preocupação com a especulação imobiliária em decorrência da possível passagem de dutos na região e se seria feita uma apresentação para a população do projeto e dos locais exatos onde haveria interferência. Ricardo Arantes de Oliveira, representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente, questionou: 1) quando e em que áreas seriam aplicados os recursos provenientes da compensação ambiental que o empreendimento fará dos impactos que causará; 2) se as unidades de conservação não-diretamente impactadas foram contempladas pelo estudo; 3) se a Petrobrás tinha algum projeto relacionado com a produção de alimentos na área de influência do empreendimento; 4) qual a metodologia de compensação seria adotada. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. Antônio de Pádua Oliveira Mello, Secretário de Meio Ambiente de Bragança Paulista, depois de declarar que o Município de Bragança Paulista terá grande parte de seu território atravessada pelos dutos da Petrobrás, perguntou: 1) sobre o critério utilizado na análise feita pelos estudos ambientais sobre as unidades de conservação dos Municípios de Atibaia e de Bragança Paulista; e 2) como seria feita a compensação ambiental. Ao final lembrou que os sítios arqueológicos bem como imóveis tombados pelo patrimônio histórico não haviam sido contemplados. Em seguida, foi concedida novamente a palavra a algumas pessoas para que se manifestassem em seu próprio nome. Os senhores Francisco Marcos e Regina questionaram a Petrobrás no tocante à definição dos locais que seriam desapropriadas, uma vez que os moradores da área de influência do empreendimento não tinham informação oficial a esse respeito, e a senhora Bia Maia endossou a fala do Secretário de Meio Ambiente de Bragança Paulista, reafirmando a existência de sítios arqueológicos no Município, e questionou se haveria verba disponível para a construção de praças e parques em Bragança Paulista. Passou-se à etapa das réplicas. Alfredo Alves da Fonseca, Gerente de Estudos e Acompanhamentos da Petrobrás, esclareceu: 1) que a definição dos imóveis que serão impactados se deu por estudo realizado por uma empresa terceirizada e afirmou que todos os proprietários desses imóveis já foram devidamente comunicados; 2) que, em relação às áreas de servidão, elas continuarão de posse dos atuais proprietários, que poderão continuar o cultivo agrícola, desde que essa atividade não interfira nos dutos; 3) que a Transpetro desenvolveu um projeto de implantação de hortas comunitárias na área de influência do empreendimento; 4) que, em relação à parceria com a área de esportes, a Petrobrás também desenvolveu um projeto específico para essa área, e já tinha recursos disponíveis para essa região. Ao final, apresentou um vídeo que mostrava todo o traçado do duto na região. Gustavo de La Reza, representante da empresa de consultoria Habitec, informou: 1) que existia um programa de monitoramento de fauna que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

visualizava possíveis alterações ou desequilíbrios na região; 2) que as compensações ambientais só seriam implementadas depois da concessão da licença de instalação, cujo seu valor corresponderia a 0,5% do montante do projeto, atendendo-se à Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC, e que, no tocante à sua destinação, embora houvessem sido identificadas dezenove unidades de conservação, cabia à Câmara de Compensação Ambiental da SMA determinar a qual delas esses recursos seriam destinados; 3) que seria realizada uma reunião dos órgãos do Município com representantes da Petrobrás com o objetivo de discutir questões relacionadas com o Parque de Caetés; 5) e que, em relação ao patrimônio histórico e arqueológico, comentou que o projeto estava sendo acompanhado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Arqueológico Nacionais-IPHAN. Elza Takahashi, representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais-CPRN, depois de tecer comentários sobre a destinação dos recursos destinados à compensação ambiental, observou que, em relação aos sítios arqueológicos, seria realizada uma consulta ao Conselho de Desenvolvimento do Patrimônio Histórico, Arqueológico e Arqueológico-Condephat com a finalidade de se averiguar algum tipo de ocorrência na área de influência do empreendimento. Em seguida, Germano Seara Filho, Secretário-Executivo do Consema, depois de agradecer a presença e a participação de todos, declarou o encerrados os trabalhos. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora da Divisão de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do Consema, lavrei e assino a presente ata.